

# News Paper®

Informativo  
Setorial ANDIPA



## Nesta edição

Andipa quer eliminar desvio de finalidade do papel imune

Carta informa fabricantes estrangeiros sobre desvios do papel imune

Distribuidores vão buscar redução de ICMS

Certificação, mais que um selo

Produção e venda nacional ficam estáveis, importado cresce 35%

Importação de couché é recorde

## Basta de descaminho da imunidade

O mal é velho inimigo já fortemente combatido, mas a forma como se apresenta vai se sofisticando, mudando juntamente com as medidas de controle e fiscalização. Como um camaleão, os 'especialistas' no desvio de finalidade do papel imune vão adaptando a forma de atuação e seguem produzindo estragos, deturpando as condições concorrenciais no setor.

Com o câmbio favorável às importações, fazendo aumentar a oferta de produtos e o arrefecimento das vendas no primeiro trimestre, cresce o potencial de contaminação dos preços no segmento comercial pela atuação dos transformadores de imposto em margem.

Temos convicção de que o desvio de finalidade se propagou e sedimentou no mercado ainda quando o abastecimento era praticamente exclusivo pela produção local. Não é, portanto, culpa da crescente importação como querem fazer crer as indústrias nacionais, que têm perdido espaço. O fato é: o setor não pode mais conviver com o desvio de finalidade.

Se a criatividade é farta, a coragem para correr os riscos deve ser igualmente abundante aos dispostos a seguir no ilícito. Agora, mais do que nunca, a Andipa está empenhada em apoiar e fomentar todas as iniciativas possíveis para combater os desvios de finalidade do papel imune. Por mais ágeis que sejam os infratores, o cerco tende a se fechar mais rapidamente e a Andipa está disposta a acelerar ainda mais esse processo.



### Expediente

NewsPaper Informativo Setorial ANDIPA é uma publicação bimestral da ANDIPA - Associação Nacional dos Distribuidores de Papel. Direitos autorais reservados. Publicado em 16.05.2011

### Contatos

Telefone: (11) 3044-2214  
E-mail: [andipa@andipa.org.br](mailto:andipa@andipa.org.br)

### Presidente

Vitor Paulo de Andrade

### Diretoria

Antonio Manoel de Mattos Vieira Neto  
José Luiz Figueira Júnior  
Paulo Ribeiro da Cruz Moura

### Presidente Executivo

Vicente Amato Sobrinho

### Assistente Administrativo

Iolanda Moretti

Assessoria de Comunicação e Conteúdo Editorial  
Keser Serviços de Comunicação

### Jornalista Responsável

Rosangela Valente - Mtb 121/MS

## Basta de descaminho da imunidade

■ ■ ■ Um dos principais pedais de aceleração do combate ao desvio chama-se Nota Fiscal Eletrônica, que uma vez completamente implementada cercado até o transporte, vai afetar drasticamente a prática, expondo mais rápida e eficientemente os agentes da operação. A escrituração fiscal eletrônica vai complementar a fiscalização já possibilitada pelo sistema de Reconhecimento e Controle de Operações com Papel Imune (Recopi), que desejamos ver aplicado além do Estado de São Paulo.

Mas, o que podemos fazer? Individualmente, apenas nos mantermos firmes diante da concorrência desleal. Coletivamente, podemos mais! Podemos pressionar autoridades, expor os problemas e situações assistidos diariamente, incentivar boas práticas. E é para isso que vamos criar um fórum específico para tratamos dos desvios do papel imune.

Vamos combater o ilícito do desvio até que seja eliminado ou, ao menos, seja uma prática marginal no setor. Paralelamente, vamos apoiar todas as iniciativas que diferenciem as empresas sérias, éticas e tradicionais. A adoção voluntária às certificações, como apresentado na matéria “Certificação, mais que um selo” nesta edição, é uma forma de mostrar ao mercado e à sociedade quem pactua com boas práticas ambientais e socioeconômicas e pode deixar que suas operações e produtos sejam rastreados com a tranquilidade de quem cumpre a lei e contribui para a sustentabilidade.

Que possamos juntos atestar nosso compromisso de perseguir boas práticas e combater os desvios.

Boa leitura!

*Vitor Paulo de Andrade*

## Andipa quer eliminar desvio de finalidade do papel imune

Reunidos na Assembleia Geral, realizada dia 27 de abril, os associados discutiram algumas iniciativas possíveis para um combate mais eficaz ao desvio de finalidade do papel imune, que representa o grande calcanhar de aquiles do setor de papel no Brasil. Com o consenso de que é preciso aproveitar o momento favorável pela possibilidade de maior fiscalização e controle por parte das autoridades fiscais, os associados aprovaram e apoiaram a proposta da diretoria de criar um fórum permanente sobre o assunto.

Com isso, a diretoria da Andipa vai dar andamento ao assunto e formalizar os convites para a participação dos distribuidores. A diretoria estuda ainda a criação de ferramentas de apoio para ações contundentes de conscientização do mercado, como o lançamento de uma campanha focada no combate ao desvio de finalidade do papel com imunidade tributária.

Além do controle federal e do Recopi, no estado de São Paulo, a Andipa avalia que um grande aliado no combate ao ilícito é a implantação da Nota Fiscal Eletrônica em todas as empresas da cadeia do papel. Por isso, reforçou o pedido à Abigraf para que não apoie nova prorrogação de prazo para adesão do setor gráfico ao modelo. Adiada

por duas vezes, a obrigatoriedade da nota fiscal eletrônica para a atividade gráfica deve vigorar a partir de 01/07/2011, conforme Portaria CAT 01/2011. “Quando todos os elos da cadeia puderem ser rastreados pela nota fiscal eletrônica, ficará ainda mais difícil transformar papel imune em comercial”, avaliou o presidente da Andipa, Vitor Paulo de Andrade, observando que o setor gráfico não compra sem nota.

A partir daí, a Associação deve intensificar sua campanha para que gráficas e editoras comprem apenas daqueles que emitem nota fiscal eletrônica. O presidente afirmou que a Andipa vai alertar as gráficas para que fiquem atentas à origem e histórico da empresa fornecedora e de seus sócios, desconfiando e evitando as desconhecidas e aventureiras, que podem surgir e desaparecer rapidamente do mercado, deixando o risco da operação ilícita para seus clientes.

“Sempre buscando parcerias, como já fizemos com a Bracelpa, vamos intensificar as advertências sobre os riscos de praticar ou ser conivente com o desvio do papel imune para o mercado comercial”, enfatizou Vitor Paulo de Andrade.

## Carta informa fabricantes estrangeiros sobre desvios do papel imune

Soberanos, os países têm regras e costumes próprios que precisam ser conhecidos e respeitados nas relações comerciais. Andipa e Bracelpa uniram-se para dar ciência aos agentes internacionais do mercado de papéis sobre a existência constitucional da imunidade tributária para os papéis destinados à impressão de livros e jornais no Brasil. “Essa é uma condição exclusivamente brasileira”, observa o presidente da Andipa, Vitor Paulo de Andrade, acrescentando que o exportador desconhece o que é ‘papel imune’, e vende simplesmente papel, que é internalizado seguindo os trâmites legais, com benefício da imunidade, e pode ter sua finalidade desviada para o mercado comercial.

Segundo Vitor de Andrade, as condições de mercado têm favorecido o crescimento das importações de papéis, em especial do couché, o que aumenta a chance de o produto estrangeiro também ser utilizado no ilícito de ‘transformar’ imposto em margem de lucro, quando o papel adquirido ou legalizado no país com imunidade

tributária é comercializado para produção de impressos comerciais. “O desvio de finalidade do papel imune é o principal problema do setor de papel no Brasil e precisamos somar esforços para combatê-lo em todas as frentes”, afirma o presidente da Andipa, esperando que os fabricantes internacionais também se comprometam em coibir os desvios do papel imune, assumindo eticamente a responsabilidade sobre o destino de seus produtos.

Com este objetivo, Andipa e Bracelpa assinaram uma carta endereçada aos presidentes das indústrias de papel da Europa, Estados Unidos e Ásia, explicando a existência da imunidade e a ocorrência dos desvios. A carta, enviada em abril, tem ainda a função de alertar os fabricantes internacionais para preservação da imagem de suas marcas, para que não sejam envolvidas em ilícitos, práticas que têm sido duramente atacadas pelas autoridades fiscalizadoras nacionais e estaduais, com total apoio e incentivo das duas entidades.

## Recopi fecha o cerco aos infratores

A diretoria da Andipa esteve reunida com os fiscais da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo (Sefaz-SP) encarregados das ações do sistema de Reconhecimento e Controle de Operações com Papel Imune (Recopi), em vigor a desde agosto passado. “Os fiscais informaram que já tem elementos que permitem ações efetivas de fiscalização e autuação contra os desvios de finalidade do papel imune, baseados nos históricos oferecidos pelo Recopi”, relatou o presidente da Andipa, Vitor Paulo de Andrade, que esteve na reunião acompanhado do presidente executivo da Associação, Vicente Amato Sobrinho.

A eficácia do rastreamento permitido pelo Recopi vai além da convicção dos fiscais e já pôde ser percebida no mercado paulista. Em abril, algumas empresas foram fiscalizadas e autuadas pela Secretaria de Fazenda de São Paulo. Mesmo mostrando alguns resultados em São Paulo, a implantação do Recopi em outros estados ainda não avançou, segundo os fiscais da Sefaz, que inicialmente dividiram a experiência com as demais Secretarias Estaduais de Fazenda. A Andipa defende que a iniciativa do fisco paulista seja adotada em âmbito federal, como alternativa possível de coibir os desvios de finalidade do papel imune no País.

## Distribuidores vão buscar redução de ICMS

A Andipa vai apoiar pleitos para a redução do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) nos estados em que as empresas locais estão perdendo competitividade, seja em função da guerra fiscal ou dos desvios de finalidade do papel com imunidade. A partir da decisão do Conselho Diretor, a Andipa vai reunir dados e informações para embasar os pleitos que devem ser encaminhados às Secretarias Estaduais de Fazenda.

A primeira iniciativa deve ser no Rio Grande do Sul, conforme informou o diretor José Luiz Figueira Júnior, da associada Sulpel, na última reunião do Conselho Diretor da Andipa. Segundo ele, o primeiro encontro com o secretário estadual de Fazenda deve acontecer em maio, quando será solicitada a redução da alíquota interna de ICMS para 12%, equiparando ao praticado em outros estados, como no Paraná.

A diretoria da Andipa comprometeu-se a participar da reunião, reforçando a iniciativa regional, e a auxiliar na elaboração de documento demonstrando que o incentivo

fiscal deve elevar as vendas das empresas gaúchas, aumentando a arrecadação do governo, que hoje deixa de recolher impostos nas vendas feitas por empresas de fora do estado.

Movimento semelhante deve ocorrer no estado de São Paulo, onde a Andipa já vem estudando as condições para encaminhar ao governo o pedido de redução da alíquota interna de ICMS sobre o papel para 12%. No entendimento da Associação, além de dar mais competitividade para os distribuidores paulistas, a medida deve ser grande aliada no combate ao desvio de finalidade do papel imune, uma vez que diminui a diferença entre o papel editorial e o comercial. “Com o Recopi e as ações de fiscalização, o risco do desvio hoje já é bem maior. Se a vantagem pela diferença de preço diminuir, será um importante desincentivo ao ilícito”, avalia o presidente executivo da Andipa, Vicente Amato Sobrinho.

## Sefaz-SP quer IVA de 53,33% para cut size a partir de outubro

Portaria da Coordenadoria de Administração Tributária (CAT), da Secretaria de Fazenda de São Paulo, eleva o Índice de Valor Adicional Setorial (IVA) do papel cortado de 24,84% para 53,33% a partir de 1º de outubro de 2011. A Portaria CAT Nº 45, de 30/03/2011, tem vigência até 30 de junho de 2012 e substitui a CAT 85-09, de 28 de abril de 2009, estabelecendo a base de cálculo na saída de papel, conforme Regulamento do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS).

O IVA é o percentual de margem de valor agregado

utilizado para cálculo do imposto nos produtos enquadrados no regime de substituição tributária, conforme determina a lei 12.681/07.

A Andipa considera que o percentual definido para ser aplicado a partir de outubro é muito alto e defende que seja mantido o IVA atual. A possibilidade de pedir à Secretaria de Fazenda a revisão do índice está sendo avaliada e discutida com a Bracelpa, representante dos fabricantes, que são os responsáveis pelo recolhimento do imposto no regime de substituição tributária.

## Contas aprovadas

Seguindo o rito estatutário, a Andipa contratou a empresa JPPS Auditores Independentes para realizar a auditoria de suas contas referentes ao período de julho de 2009 a dezembro de 2010. O trabalho foi realizado no final de março, não apontando problemas quanto à contabilidade e procedimentos na administração da Associação. O laudo da auditoria externa foi apreciado, na reunião de abril, pelo Comitê de Auditoria, composto pelos associados Albert Roberto Lifschitz, da Arbol, Guilherme de Castro Cunha Assumpção, da Rivapel, e José Luiz Barbosa Leonardos, da Opus Papéis.

O Comitê analisou ainda o balanço patrimonial do exercício de 2010 e o balancete parcial do mês. Com aprovação unânime do Comitê, o assunto foi submetido à Assembleia Geral Ordinária, como prevê o estatuto. Os

associados presentes avaliaram e aprovaram os atos, as contas e o relatório anual do Conselho Diretor, o balanço patrimonial e o orçamento anual.

Com equilíbrio financeiro delicado e com redução das reservas de caixa, em função dos passivos trabalhistas solucionados no final do ano passado, o presidente executivo da Andipa, Vicente Amato Sobrinho, observa que um dos desafios para o exercício de 2011 é ampliar as receitas, além de otimizar as despesas. “Vamos explorar ao máximo a sinergia entre a Andipa e o Sinapel, que agora estão no mesmo prédio”, afirmou o executivo, que está à frente da associação e do sindicato, explicando que as duas entidades podem ser complementares e vir a desenvolver projetos e atividades em conjunto.

## Certificação, mais que um selo

Muitos distribuidores já aderiram aos certificados, assim como muitos de seus clientes. Alguns estão avaliando a questão e outros ainda devem estar se questionando por que e para que investir para obter a certificação. A busca por certificação, em geral, é voluntária, demonstra governança corporativa e um grau mais elevado de compromisso da empresa com a sociedade e o planeta, atitude reconhecida e valorizada nos mercados. Muitos especialistas anunciam que essa é uma tendência, que governo e consumidores estão cada vez mais conscientes dos riscos e impactos das atividades econômicas à saúde, à segurança e ao meio ambiente, como um todo.

As empresas brasileiras têm à disposição uma vasta variedade de selos com o propósito de certificar diferentes processos, seja referente à produção ou às suas relações e padrões de qualidade. O segmento de distribuição de papéis se enquadra em algumas delas, como as certificações florestais, as de responsabilidade social e de qualidade dos produtos e serviços.

As mais solicitadas e comentadas no setor de distribuição são as certificações florestais em cadeia de custódia, concedidas por dois grandes sistemas internacionais, para diferenciar produtos de base florestal originados a partir de critérios ambientais e sociais – Forest Stewardship Council (FSC) e Program for Endorsement on Forestry Certification (PEFC). No Brasil, o PEFC é representado pelo Cerflor, o Programa Brasileiro de Certificação Florestal, gerenciado e regulamentado pelo Inmetro - Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial. E, o Conselho Brasileiro de Manejo Florestal é o FSC Brasil, uma das 64 iniciativas nacionais do FSC espalhadas pelo mundo.

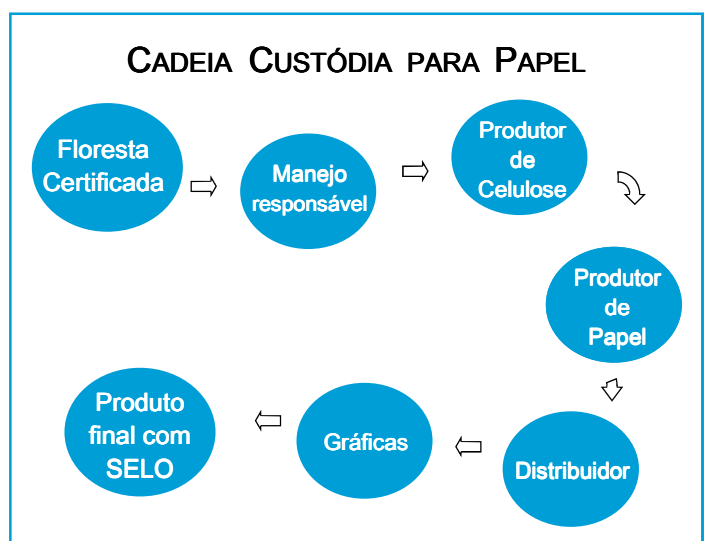
Os selos têm como finalidade atestar ao consumidor que toda a cadeia produtiva envolvida na fabricação do produto foi certificada pelo sistema, garantindo a rastreabilidade da origem em floresta bem manejada. O selo não se aplica aos pontos de revenda que ofertam os produtos acabados já certificados, conforme explica a secretária executiva da FSC Brasil, Fabíola Zerbini. “A certificação da cadeia de custódia avalia a condição daquele ator de separar e garantir a rastreabilidade do que é fonte FSC dos demais produtos”, afirma a executiva, explicando o processo.

Segundo Fabíola Zerbini, a primeira etapa é a certificação da floresta que vai gerar a madeira, a

celulose, o papel, e toda a gama de derivados, comprovando que aquela área segue rígidos critérios ambientais e socioeconômicos. A cadeia de custódia é a certificação dada às empresas que vão manipular a matéria-prima ou o produto originário em área com manejo florestal certificado. Desta forma, é possível rastrear se o livro ou revista que traz a arvorezinha do FSC, por exemplo, foi mesmo produzido com papel a partir de florestas com manejo certificado por este sistema.

Não há dados disponíveis sobre a certificação das fábricas de papel no Brasil. Segundo a Associação Brasileira de Celulose e Papel (Bracelpa), em 2009, 2.294 mil de hectares de florestas do setor tinham uma ou mais certificações de manejo. De acordo com o FSC Brasil, cerca de 6,9 milhões de hectares são certificados quanto ao manejo florestal pela instituição e destes 3,5 milhões de hectares são de florestas plantadas, que entre outras atividades atende o setor de papel e celulose. A executiva do FSC conta que o Brasil é o quinto do mundo em área certificada de florestas plantadas e deve manter o crescimento de forma equilibrada com seu grande potencial. “Quase 60% das florestas plantadas no Brasil são certificadas pelo FSC”, explica Fabíola Zerbini, observando que no caso das florestas nativas a área certificada é pequena em relação ao potencial.

Com base nas florestas certificadas, em abril passado, o FSB Brasil somava 744 certificados de cadeia de custódia, emitidos para empresas de diversos segmentos, entre eles o de distribuição de papel.



# Como obter a certificação

Com o histórico de 180 empresas certificadas e outras 30 em processo de certificação, entre produtores de papel, distribuidores e gráficas, a Control Union Certifications Brasil é uma das certificadoras credenciadas pelo FSC no Brasil. A assistente em Meio Ambiente e Comercial Técnica, Bruna Cavaliere dá algumas orientações sobre o processo de obtenção da certificação.

## Qual o trâmite para uma empresa requerer a certificação?

O processo é simples e tranquilo, porém requer algumas atenções. O primeiro passo é entender como enquadrar a empresa na Cadeia de Custódia e adequá-la ao padrão. Algumas vezes essa adequação é feita com o auxílio de consultores experientes no setor. Durante a implantação, deve ser enviado à certificadora um formulário com os dados da empresa para elaboração da proposta e do escopo da certificação. É agendada a auditoria, e estando tudo correto, em 10/15 dias úteis o certificado é emitido.

## Quanto tempo leva, em média, este processo?

Pode variar bastante, porém se utilizada uma consultoria o processo de implantação é mais rápido.

## Dá para ter noção de custos com o processo de obtenção do selo?

Sim. O valor varia conforme o faturamento e o número de funcionários da empresa. Há uma tabela quanto à taxa de acreditação que é repassada diretamente ao FSC. Para uma cotação, basta enviar o formulário com os dados da empresa e em trinta minutos a proposta está elaborada.

## O selo tem validade? Como é o acompanhamento da empresa certificada?

O certificado FSC tem validade para um período de cinco anos podendo ser sempre renovado.

Após a obtenção da certificação, a empresa deve se atentar aos procedimentos e manter os processos sempre em cumprimento com os requisitos aplicáveis dos padrões da certificação. São realizadas auditorias, no mínimo, anuais para o monitoramento destes processos.

### FSC

O objetivo do FSC é promover o manejo das florestas de forma ambientalmente adequada, socialmente benéfica e economicamente viável, através de padrões mundialmente reconhecidos e respeitados. O FSC é uma entidade internacional que credencia organizações certificadoras a atestarem o cumprimento de suas declarações. A iniciativa brasileira é uma das 64 espalhadas pelo mundo e atua representando ao mesmo tempo o país no sistema e o FSC no Brasil. De acordo com a secretaria executiva, o sistema FSC visa o constante aperfeiçoamento das ferramentas e adequação ou desenvolvimento de modelos que atendam as peculiaridades regionais. A construção de padrões específicos para a Mata Atlântica e a relação com os fomentados e as pequenas propriedades são exemplos de especificidades brasileiras. Hoje, sete certificadoras estão habilitadas pelo FSC a auditar e emitir o selo do sistema às empresas no país. Mais informações e a relação das certificadoras podem ser obtidas no portal [www.fsc.org.br](http://www.fsc.org.br).

### Cerflor

O Programa Brasileiro de Certificação Florestal – Cerflor – começou a ser desenvolvido em 1996, a partir da iniciativa da Sociedade Brasileira de Silvicultura, em parceria com associações, entidades e governos. Lançado oficialmente em agosto de 2002, o programa de certificação voluntário Cerflor tem processos e revisão de normas sobre responsabilidade da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e está ligado à estrutura do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – Inmetro, autarquia federal vinculada ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – MDIC. O Inmetro é o organismo acreditador oficial do governo brasileiro e o gestor de vários programas de avaliação da conformidade, dentre eles o Cerflor.

Mais informações e a relação das certificadoras credenciadas Cerflor estão disponíveis no portal [www.inmetro.gov.br/qualidade/cerflor.asp](http://www.inmetro.gov.br/qualidade/cerflor.asp)



# Desempenho no ano deve compensar março mais fraco

O *feeling* setorial e o movimento de algumas empresas mostraram que o desempenho do setor editorial em março foi sensivelmente menor que o esperado. Mesmo sem detalhamento estatístico, a queda foi percebida tanto por distribuidores, como pelas gráficas e fabricantes nacionais, e é creditada ao efeito calendário, em função da redução dos dias úteis com o Carnaval em março. Apesar disso, o *feedback* do setor de revistas aponta que o primeiro trimestre foi positivo, conforme relata o presidente da Associação Nacional de Editores de Revistas (ANER), Roberto Muylaert.

“Janeiro e Fevereiro foram excelentes e o resultado ruim de março não deve atrapalhar a expectativa de crescimento de 4% para este ano”, avalia o empresário Fabio Arruda Mortara, diretor da Abigraf Nacional (Associação Brasileira da Indústria Gráfica) e presidente do Sindigraf São Paulo (Sindicato da Indústria Gráfica do Estado de São Paulo). Mesmo com o feriado da Páscoa, ele considera que abril foi melhor que o mês anterior.

No setor gráfico, a avaliação deste ano leva em consideração os bons resultados obtidos em 2010, que registrou aumento de 4,5% na produção em relação a 2009, mostrando que o setor superou o bom nível de 2008, anterior à crise, em 4,2%. De acordo com a Abigraf, em 2010, o setor gráfico investiu US\$ 1,4 bilhão na compra de máquinas e equipamentos importados e

encerrou o ano com aproximadamente 20 mil empresas ativas, empregando mais de 220 mil pessoas.

As empresas do setor também observam a sazonalidade de alguns segmentos como nas áreas de cadernos e livros didáticos, que seguem calendários próprios diferentes do ano fiscal. Outro fator que afetou o desempenho no primeiro trimestre foi a troca de comando nos governos federal e estaduais, o que provoca uma paralisação inicial nas compras públicas, conforme apontaram alguns distribuidores nas reuniões da Andipa.

Mais amparada em dados estatísticos, a Associação Brasileira de Celulose e Papel (Bracelpa) aponta que houve sim uma queda nas vendas internas de papéis de imprimir e escrever, de 5,3% se comparados os dados de março de 2011 como o mesmo mês de 2010. “No entanto, conforme mostram os números de vendas no acumulado do ano, a tendência é de que o desempenho do segmento seja superior”, considera a presidente executiva da Bracelpa, Elizabeth de Carvalhaes, acrescentando que essa tendência deve se manter. Além disso, a representante dos fabricantes, destaca que “o câmbio excessivamente desvalorizado está favorecendo as importações e afetando a competitividade do produto nacional”. Segundo a entidade, já “verifica-se perda significativa de *market share*”.

## Setor de revistas espera um bom 2011

A ascensão e maior poder aquisitivo das classes C, D e E devem continuar a movimentar o mercado de revistas em 2011, conforme informou ao NewsPaper o presidente da Associação Nacional de Editores de Revistas (ANER), Roberto Muylaert. Segundo ele, o lançamento de revistas direcionadas a estes públicos e a inclusão de revistas no programa Vale Cultura, fruto do trabalho da ANER junto ao Poder Legislativo, devem influenciar de maneira positiva o mercado.

O ano passado foi considerado muito bom para o mercado brasileiro de revistas. De acordo com a

entidade, o número de títulos aumentou de 4.432 em 2009 para 4.705, em 2010. A circulação de revistas atingiu o patamar de 439 milhões de exemplares em 2010, comparado com 422 milhões em 2009. “O bom desempenho da economia no país resultou em um aumento no poder de compra da população e consequentemente em um incremento nas vendas de exemplares de revistas, especialmente nos segmentos de revistas direcionado à nova classe C e aos adolescentes”, afirma Muylaert, apostando que o setor repita em 2011 os feitos do ano passado.

## Produção e venda nacional ficam estáveis, importado cresce 35%

O desempenho da indústria brasileira referente aos papéis de imprimir e escrever, nos primeiros três meses deste ano, praticamente repetiu o verificado no primeiro trimestre de 2010, conforme dados da Bracelpa. No mesmo período, as importações destes tipos de papéis aumentaram 35,3%, saltando de 153 mil toneladas no primeiro trimestre de 2010 para 207 mil toneladas neste ano, ainda de acordo com o relatório Conjuntura Setorial da associação dos fabricantes, divulgado nos últimos dias de abril.

As indústrias brasileiras produziram 667 mil toneladas entre janeiro e março deste ano, apenas uma tonelada a mais que no comparativo do ano anterior. A mesma diferença aparece nas vendas domésticas apuradas no relatório, que passaram de 357 mil toneladas para 358 mil toneladas, no período analisado. Neste item, as exportações brasileiras também apresentaram queda. De acordo com os dados, o volume exportado até março foi de 246 mil toneladas, 10,2% a menos que as 274 mil toneladas embarcadas para fora do país no primeiro trimestre do ano passando.

No primeiro trimestre de 2009, conforme o relatório de abril de 2010, as fábricas brasileiras produziram 607 mil

toneladas destes papéis, das quais 344 mil toneladas foram vendidas ao mercado interno e 189 mil toneladas enviadas para o exterior. Naquele ano, as importações somaram 78 mil toneladas.

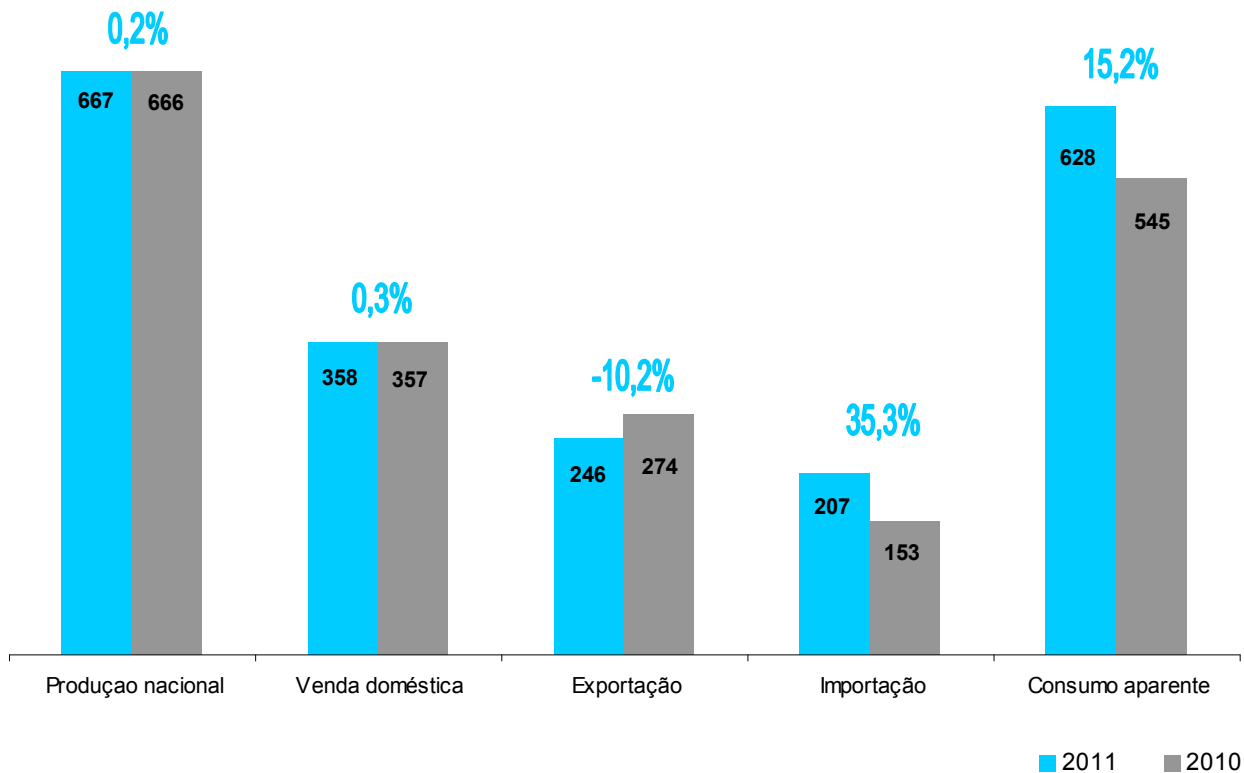
### Consumo

Considerando a produção nacional, mais as importações e descontadas as exportações, aparentemente o Brasil consumiu 628 mil toneladas de papéis de imprimir e escrever, entre os meses de janeiro e março deste ano, o que corresponde a 83 mil toneladas a mais que no mesmo período do ano passado, que foi de 545 mil toneladas, ou seja, crescimento de 15,2%.

Olhando para os últimos dois anos, o consumo de papéis de imprimir e escrever no primeiro trimestre do ano aumentou 26,6%. Em 2009, o consumo aparente calculado com base nos números divulgados pela indústria foi de 496 mil toneladas.

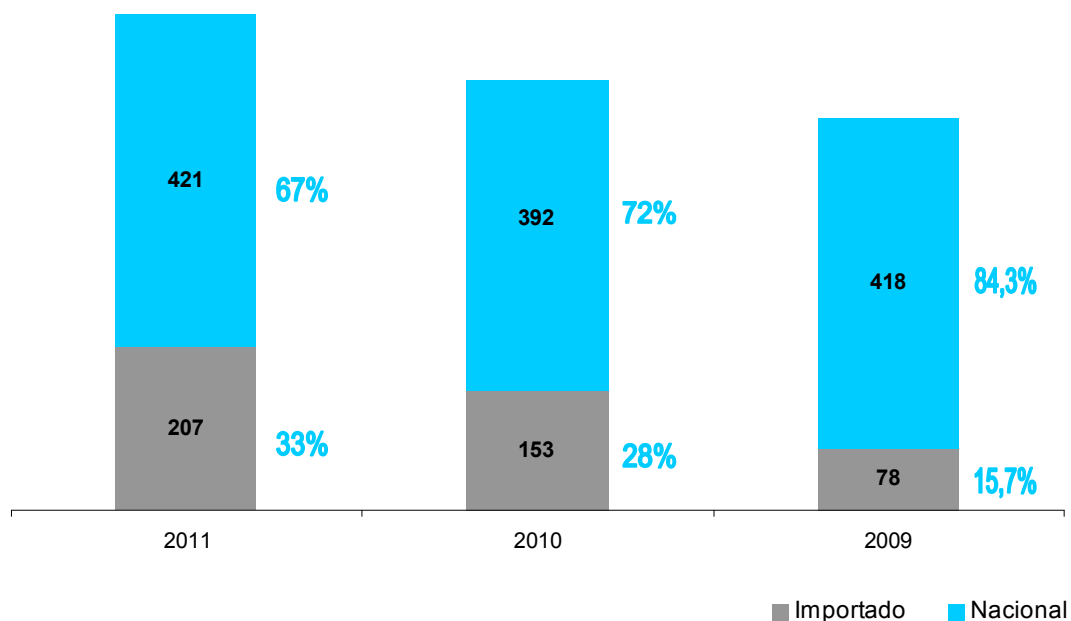
Neste histórico, a importação dobrou sua participação no consumo brasileiro, passando de 15,7% em 2009 para os atuais 33%, considerando o conjunto de papéis destinados a escrita e impressão.

### Papéis de Imprimir e Escrever (I&E) - janeiro a março (em mil toneladas)



Fonte: Conjuntura Setorial Bracelpa / N° 29 – Abril 2010

### Participação do importado e nacional no consumo aparente de I&E



Fonte: Conjuntura Setorial Bracelpa / N°s 17 e 29  
\* valores em mil toneladas

## Importação de couché é recorde

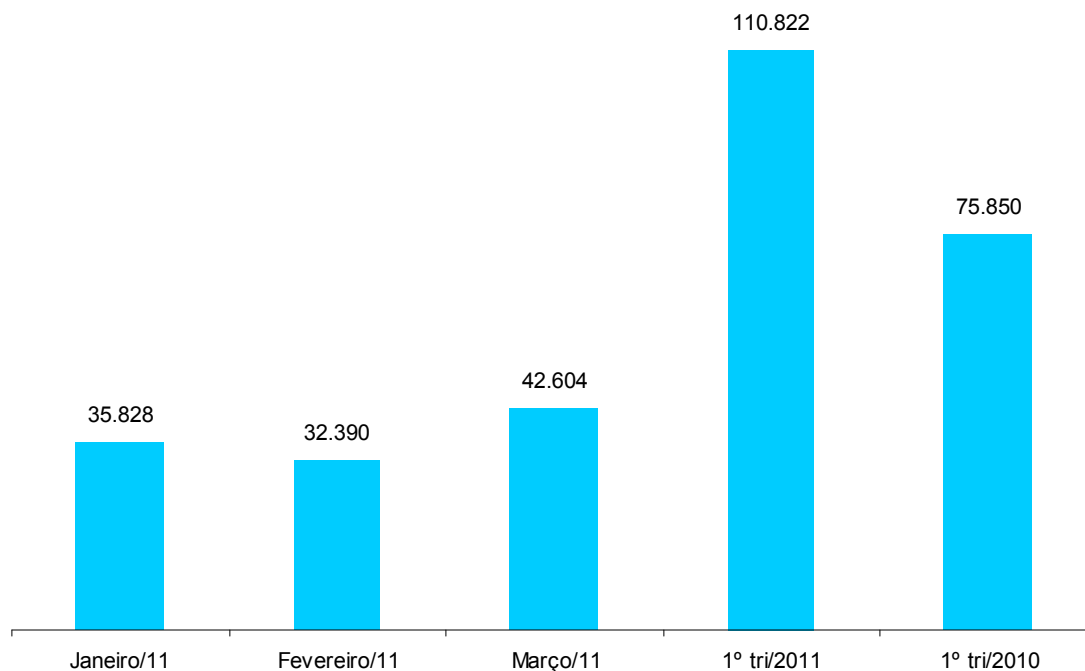
Com a entrada de 42,6 mil toneladas só no mês de março, no primeiro trimestre deste ano as empresas brasileiras importaram 110,8 mil toneladas de papel couché, 46,1% a mais que as 75,8 mil toneladas internalizadas no mesmo período de 2010, conforme acompanhamento da Secretaria de Comércio Exterior (Secex), do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC).

O volume de março foi o maior para um mês, superando sozinho o apurado no primeiro trimestre de 2009, que

somou 36,8 mil toneladas, conforme os dados oficiais.

Os números da Secex mostram que a importação de couché continua a trajetória ascendente, com crescimento de 8% em comparação com o quarto trimestre do ano passado. Nos doze meses de 2010, entram no país 362,2 mil toneladas de couché, sendo 102,5 mil toneladas no último trimestre do ano. Foram computadas todas as entradas enquadradas nas seguintes Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM): 4810.13.89, 4810.1390, 4810.19.90 e 4810.19.89.

### Importação couché - em mil toneladas



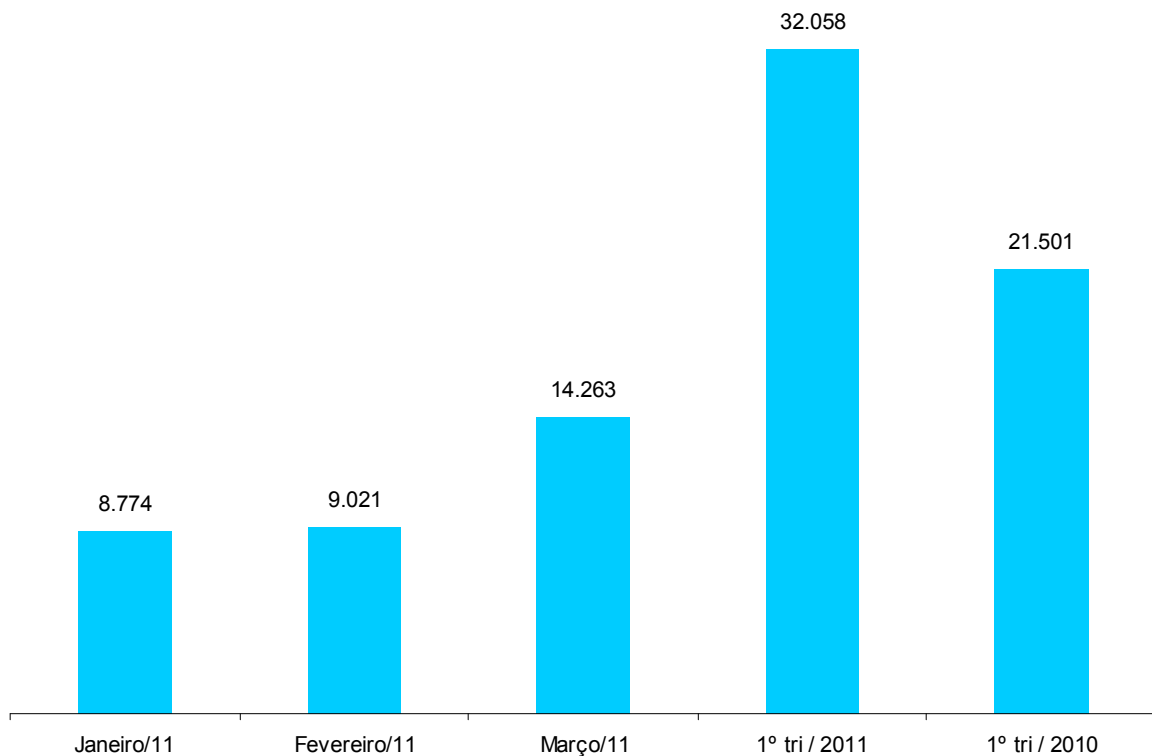
Fonte: AliceWeb – Secex / MDIC

# Entrada de LWC aumenta 49%

As compras internacionais de LWC entregues nos três primeiros meses deste ano somaram 32 mil toneladas, sendo 14,3 mil toneladas só em março. Pelo histórico da Secex, o volume de março é o segundo maior registrado, somando 2,5 mil toneladas a menos que as 16,8 mil

toneladas importadas em julho do ano passado. As importações neste ano cresceram 49,1% se comparadas ao volume internalizado no primeiro trimestre de 2010, que foi de 21,5 mil toneladas de LWC, registradas nas NCMs 4810.22.10 e 4810.22.90.

## Importação de LWC - em mil toneladas



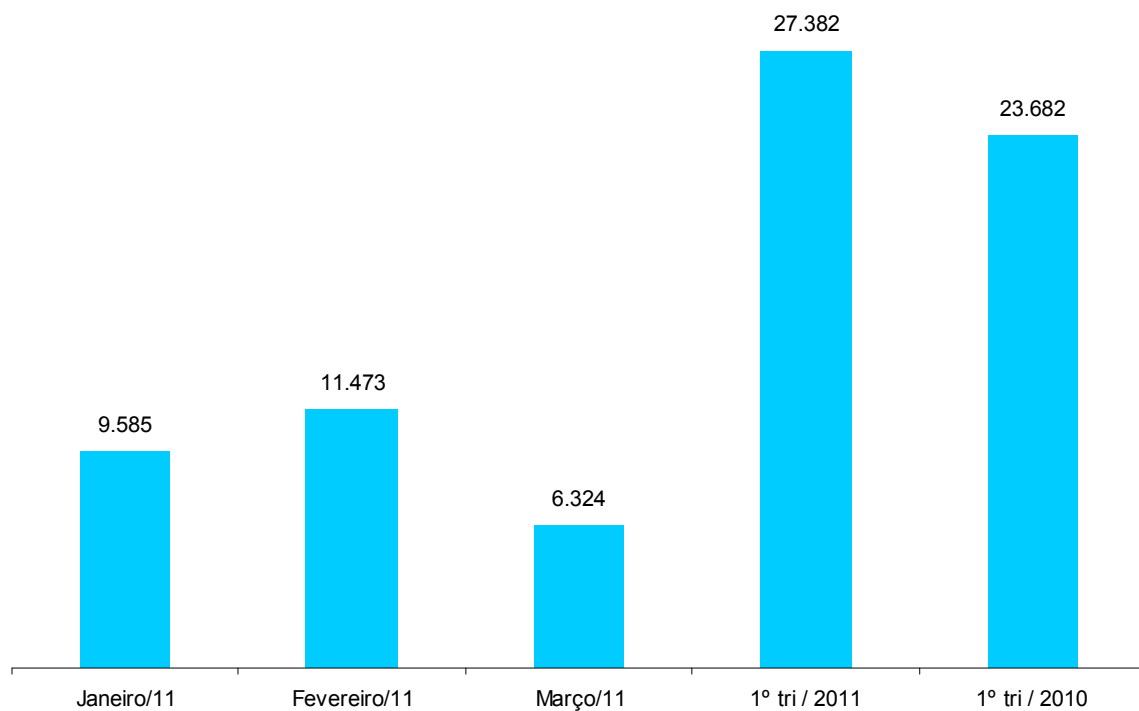
Fonte: ALICE-Web - Secex / MDIC

## Off set importado cresce

Mesmo com redução no volume de março, as importações de papéis em bobinas e folhas – off set – nos três primeiros meses deste ano superaram em 15,6% o total do mesmo período de 2010.

De acordo com o apurado pela Secex, este ano entraram no país 27,3 mil toneladas, 3,7 mil toneladas a mais que no primeiro trimestres do ano passado.

### Importação de papéis em bobinas e folhas (off set) em mil toneladas



Fonte: ALICE-Web - Secex / MDIC

## Diminui entrada de jornal, cartão e cut size

O volume das importações do primeiro trimestre deste ano ficou abaixo do verificado no mesmo período de 2010, para alguns tipos de papéis de imprimir e escrever acompanhados pelo NewsPaper. De acordo com os dados da Secex, as entradas de papel jornal somaram 109,8 mil toneladas entre janeiro e março de 2011, 8,2% menos que as 119,5 mil toneladas apuradas nos três primeiros meses de 2010.

Com participação quase marginal no consumo brasileiro, as importações nos segmentos de papel cartão e cut size também apresentaram retração, conforme acompanhamento da Secex. No papel cartão,

enquadrado na Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM) 4810.9290, as importações diminuíram 3,64%, passando de 6,67 mil toneladas, no primeiro trimestre de 2010, para 6,4 mil toneladas no somatório dos meses de janeiro, fevereiro e março de 2011.

Já no papel cortado, a importação de produto estrangeiro ficou 25,1% menor este ano quando comparado ao ano anterior. De acordo com a Secex, entraram no Brasil 4,86 mil toneladas de cut size no primeiro trimestre deste ano, contra 6,5 mil toneladas internalizadas de janeiro a março de 2010.

## Abril tem importação menor de couché e LWC

As entradas de papéis couché e LWC no Brasil, no mês de abril, foram menores que no mês anterior, conforme dados divulgados na primeira semana de maio pela Secretaria de Comércio Exterior (Secex), do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC). Mesmo assim, o acumulado no ano se mantém acima do apurado no mesmo período do ano passado.

Conforme a Secex, foram importadas em abril 31,5 mil toneladas de couché, o que eleva o total do ano para 142,3 mil toneladas, 42,5% mais do que as 99,8 mil toneladas internalizadas de janeiro a abril de 2010.

No segmento de LWC, as importações de abril somaram 9,3 mil toneladas, elevando o acumulado do ano para 41,4 mil toneladas, volume que é 37,7% maior que o apurado no mesmo período de 2010 – de 30 mil toneladas.

### Outros tipos

Dentre os papéis em bobinas e folhas, as importações do quarto mês somaram 9,8 mil toneladas, elevando o total do ano para 37,2 mil toneladas, 18,4% mais que no primeiro quadrimestre de 2010 – de 31,4 mil toneladas.

Já as importações de papel cartão cresceram 30% sobre o total de março, chegando perto de 2,9 mil toneladas. Nos quatro meses, entraram no país 9,3 mil toneladas de cartão, 23,82% a mais que as 7,5 mil toneladas do mesmo período do ano passado.

O setor de papel jornal, que depende das importações, registrou a entrada de 46,6 mil toneladas no mês abril, diminuindo a diferença sobre o acumulado de 2010. Segundo a Secex, foram importadas 156,3 mil toneladas de jornal até abril deste ano, 5,4% menos que as 165,4 mil toneladas do primeiro quadrimestre do ano passado.